



## VOZES DE SPIVAK: SUBALTERNIDADE NA CRÍTICA PÓS-COLONIAL

### Notas de leitura

**Janáína Cordeiro Freire**

Instituição: Programa de Pós-Graduação em  
Comunicação da UFPE, Nível Mestrado

**RESUMO:** Neste artigo, procuro analisar parte do trabalho da intelectual indiana Gayatri C. Spivak, destacando sua inserção na crítica pós-colonial, suas proposições sobre a subalternidade e possibilidades de agência no contemporâneo.

**Palavras-Chave:** Subalternidade – Representação - Cultura.

### 1. Introdução

Comentar algumas das idéias da intelectual indiana Gayatri C. Spivak<sup>1</sup> é uma tarefa que requer uma boa dose de coragem. Primeiro, pela mais óbvia das razões: nenhum dos livros da autora foi ainda traduzido e publicado na língua portuguesa. A sofisticação da construção de seus textos, aliada a um olhar profundamente crítico e, diria até mesmo, um tanto quanto hermético podem, sem sombra de dúvida, comprometer a compreensão do leitor menos atento. O fato é que Spivak intimida. A passagem por este primeiro momento – que, é verdade, pode tornar-se insuportavelmente duradouro – talvez seja, esta sim, uma tarefa ousada. A esta altura, surge a indagação: Por que persistir? Ou, o que faz de Gayatri Spivak uma autora merecedora de atenção?

---

<sup>1</sup> Nascida em Calcutá, na Índia, Spivak faz parte da primeira geração de intelectuais pós-independência. Lecionou em várias universidades americanas (Brown, Texas-Austin, UC - Santa Cruz, Stanford) e européias (Goethe Universitat in Frankfurt, Université Paul Valéry). Atualmente é professora de Inglês e Literatura Comparada na Universidade de Columbia, em Nova York. Uma das mais expressivas intelectuais do grupo de críticos pós-coloniais, Spivak teve destacada atuação no *Subaltern Studies Collective*. Desenvolve, ainda, trabalhos de alfabetização com populações rurais na Índia e Bangladesh. Tradutora do “De la Grammatologie”, de Jacques Derrida e de obras ficcionais da escritora Mahasweta Devi.



Se é verdade que Spivak carrega o dom de suscitar frequentemente muito mais dúvidas do que propor revelações, não me parece menos verdade que uma de suas mais interessantes características seja exatamente a sua capacidade de evocação. Além, muito além, das claras menções a autores e correntes teóricas encontradas nas complexas sentenças de seus textos, colocam-se outros embates e idéias, ora sugeridos ou insinuados, ora, nem mesmo isso. O que não nos é dito claramente pela autora pode certamente ser enquadrado em uma grande e generosa categoria de indeterminações. Ou pode, de outro lado, apontar para a necessidade de um esforço por parte do leitor em dar conta de múltiplas referências, operando não apenas com o conjunto de proposições do texto, mas, sobretudo, com o que lhe é exterior e, portanto, ausente.

Ler Spivak é ouvir vozes, assumindo a esquizofrenia de um tempo-limite entre o moderno e o pós-moderno, o centro e as margens, o eu e o outro. Este é percurso deste artigo que poderá ser lido como um relato absolutamente impuro de uma experiência de leitura. Os comentários reunidos aqui estão centrados, sobretudo, em torno do capítulo intitulado Cultura, do livro “Crítica da Razão Pós-Colonial”<sup>2</sup>, do qual poderei eventualmente me afastar e “evocar” outros textos da autora.

## 2. Primeiras notas

A porta de entrada do capítulo “Cultura” é o controverso artigo “*Postmodernism: or the Cultural Logic of Late Capitalism*”<sup>3</sup>, do autor Fredric Jameson. Spivak, porém, não se detém em esmiuçar as idéias defendidas por Jameson e dedica-se a partilhar o que compreende como contradições do autor. De acordo com Spivak, o conceito de dominante cultural ao mesmo tempo em que dá margem a coexistência de uma série de características diversas, mantém à distância a heterogeneidade.

*“O pós-moderno é, no entanto, o campo de forças em que vários tipos bem diferentes de impulso cultural – o que Raymond Williams chamou, certamente, de formas*

---

<sup>2</sup> “A Critique of Postcolonial Reason: Toward a History of the Vanishing Present”, publicado pela Harvard University Press, em 1999.

<sup>3</sup> Publicado na New Left Review, 146, (Julho-Agosto), 1984.



*“residuais” e “emergentes” de produção cultural têm que encontrar seu caminho.” (Jameson, 1994:31)*

Mesmo concordando com o argumento de Jameson de que o residual/emergente segue seu caminho, Spivak rejeita com veemência a necessidade de se chegar a um dominante cultural e faz uma pertinente citação de Raymond Williams que teria distinguido, escrupulosa e insistentemente, o “alternativo” do “oposicional”, dentro da categoria de emergente/residual. Spivak parte em defesa de se voltar o foco para os traços da heterogeneidade e de percebê-la em sua posição de resistência em relação ao dominante cultural. Na verdade, o que a autora faz é de fato levantar o debate sobre o tratamento dado à questão das diferenças (culturais) pelas teorias do pós-moderno e sugere um equívoco de enfoque das relações entre as especificidades e o dominante cultural. De forma que, para a autora, o mero reconhecimento das diferenças não daria conta da complexidade destas relações, que envolveriam sempre e necessariamente tomadas de decisão e embates.

*“(…) culture is cultural explanation: to say everything is cultural is to make everything merely cultural. Radical multiculturalism thinks of “culture” as the name of a complex strategic situation in a particular society – residual moving into the dominant as emergent.” (SPIVAK, 1999: 334)*

Quando recupera Williams, Spivak busca um suporte para seu argumento sobre a estreita relação entre as especificidades culturais e o posicionamento – ou fala - das mesmas. Na verdade, Spivak vai muito além, na medida em que praticamente exclui a possibilidade de existência cultural sem que a mesma implique em uma ação dialógica, oposicional, de resistência, política.

Embora Jameson pareça ser contra uma visão periodizante da história, Spivak identifica aí uma segunda contradição, expressa através do que ela chama de uma impassível teoria isomórfica do relacionamento entre os modos de produção e suas correspondentes narrativas culturais. Spivak lembra que Jameson teria ido buscar na obra do economista Mandel a idéia dos estágios do capitalismo. A observação de Spivak desdobra-se em uma dura crítica ao argumento de Jameson de que o pós-modernismo seria uma “coisa” totalmente nova. Para a autora, não há ruptura no Pós-Modernismo, mas uma performance de repetição. O fenômeno de apropriação e/ou citação de períodos e/ou estilos passados na cultura

contemporânea, por exemplo, pode significar, para Spivak, não um apagamento de uma narrativa dominante (e conseqüente surgimento de uma nova), mas um distanciamento ou diferenciação em relação ao referente. Este teria quebrado qualquer pacto anterior com a noção de *original* e o híbrido, em si mesmo, passa a contar uma história igualmente híbrida, ratificando a ausência de ruptura e a presença, de outro lado, de um processo de repetição. Sua crítica toma os contornos de uma denunciada ira, principalmente quando aborda os exemplos<sup>4</sup> extraídos por Jameson do campo da estética.

De outro lado, Spivak reconhece a força persuasiva dos ensaios de Jameson. Entretanto, localiza-a na “evocação” da noção de desconstrução<sup>5</sup> de Derrida. Para Spivak, esta foi uma das mais interessantes manobras de Jameson na intenção de assegurar ao Pós-Modernismo o caráter de ruptura. O que exatamente Jameson teria ido buscar no Pós-Estruturalismo? As noções de escritura<sup>6</sup>, textualidade e sujeito descentrado teriam sido, por assim dizer, e, para Jameson, a senha de entrada de Derrida para o seletto mundo dos teóricos pós-modernos. Ironias à parte, o fato é que Spivak não deixa passar tal manobra em vão e logo suspeita que Jameson teria feito uma leitura errônea de Derrida, sobretudo no que concerne à noção de sujeito descentrado. Esta suspeita sustenta-se no argumento de que o conceito de desconstrução de Derrida não admite a existência anterior de um sujeito centrado, da mesma maneira como não opera com a noção de original, o que coloca por terra qualquer aproximação proposta (ou forçada) por Jameson entre o autor pós-estruturalista e os teóricos do pós-moderno. De uma suspeita, Spivak evolui para a proposição de imperativos da prática desconstrutivista:

---

<sup>4</sup> Rápida menção ao exemplo dado por Jameson sobre a passagem do filme (película) para o vídeo (eletrônico). Ao contrário do autor, Spivak não acredita que tal passagem seria resultado de um movimento do capitalismo multinacional tardio. Antes, estaria fortemente relacionada a um capitalismo transnacional microeletrônico, uma vez que as práticas de trabalho teriam se adequado bastante bem ao velho estilo do capitalismo industrial.

<sup>5</sup> Recorro aqui ao excelente Glossário de Derrida, supervisionado por Silviano Santiago. Nele, a leitura desconstrutora é colocada como a leitura descentrada que, portanto, anula o centro como lugar imóvel e fixo. Não busca, desta forma, por significados transcendentais, visto que não opera com relações de dependência entre significantes e referentes centrais.

<sup>6</sup> A escritura para Derrida é 1. historicamente fixada e 2. estrutura que opera a partir da ausência de sua origem, o sujeito-remetente. Nesse sentido, rejeita a idéia de que esta estrutura teria derivado de algo pré-existente. A (estrutura) grafemática seria, portanto, uma catacrese, isto é, uma falsa metáfora. E o sentido do indivíduo, enquanto sujeito, também seria catacrético, grafemático, porque associado a uma ausência (ou a uma falsa presença – ou, ainda, a uma supressão, segundo Spivak).

*“One of the peculiar imperatives of deconstructive practice is to fix the critical glance not specifically at the putative identity of the two poles in a binary opposition, but at the hidden ethico-political agenda that drives the differentiation between the two. This is in fact how deconstructive practice is ever mindful of the eventuating “historical moment”. (Spivak, 1999: 332)*

Alerta, ainda, para a necessidade de uma reflexão elaborada em função não de traços culturais (dominantes ou não) tomados em si, mas das posições ocupadas pelos sujeitos e objetos. O risco presente no discurso do pós-moderno consiste exatamente na sugestão pouco sutil de que não apenas a lógica econômica do capitalismo seria universal, mas, também, a lógica cultural. Spivak distancia-se de tal proposição, o que ficou evidente na crítica a Jameson.

Outros elementos vão sendo incorporados aos argumentos de Spivak, que segue não mais no sentido de investigar encontros e desencontros entre as teorias pós-modernas e as correntes pós-estruturalistas. Passamos a comentá-los na parte seguinte deste artigo.

### **3. O espaço do não pós-moderno**

Um espaço de intersecção entre o pós-moderno e o não pós-moderno serve de cenário à manipulação do “outro” geopolítico. Com esta colocação, Spivak evoca claramente as estratégias imperialistas do Ocidente que, em um espaço neocolonial, situam o habitante privilegiado em uma posição de sujeito. Sujeito celebrado, reconhecido, porém, segundo Spivak, privado da possibilidade de auto-representação. Nesse sentido, o espaço do não pós-moderno pode assumir, por exemplo, o formato de *chics* tablóides nova-iorquinos<sup>7</sup> ou de populares festivais de *world music* pela Europa. As linhas de contato entre o imperialismo e os processos de descolonização, de um lado, e a acelerada marcha do capitalismo mundial, de outro, constituem aspectos do que Spivak considera a mais marcante crise da narrativa no contemporâneo, desdobrada, ainda, em acirradas batalhas pela produção de narrativas legitimizantes. Sobre a narrativa fornecida pelo informante nativo, a autora afirma:

---

<sup>7</sup> Interessante exemplo dado por Spivak sobre o trabalho da designer de moda japonesa Rei Kawakubo. Esta teria conseguido amplo reconhecimento no mundo *fashion*, celebrado pela imprensa, inclusive. Na verdade, o exemplo ilustra bem o argumento de Spivak sobre como o dominante cultural “elege porta-vozes” entre o exótico-subalterno (ou vice-versa) e assim os reconhece e os reinscreve. Exemplos como este se multiplicam na mídia pouco especializada, sobretudo quando precisa dar um “colorido diferente” às suas enfadonhas e vagas colunas de “variedades”.



*“If I seem to be insisting too much here, it is because the thoroughly transmogrified (im)possible perspective of the native informant would see, if it could, nothing but the appropriation of its trace in the interstices of the powerful texts of the master’s radical discourse.” (SPIVAK, 1999: 342)*

A posição do informante nativo, enquanto sujeito, é, para Spivak, histórica e geopoliticamente inscrita. Mesmo quando insiste em “despir-se” de referências culturais específicas, localizadas, e tenta assumir traços, atitudes e discursos alinhados com esse movediço terreno do “universal”, resvala para a manutenção e reinscrição de sua condição de “manipulado”, subordinado, subalterno.

Em um famoso artigo publicado em meados da década de oitenta e intitulado *“Can the Subaltern Speak? Speculations on Widow Sacrifice”*, Spivak desenvolve um controverso argumento sobre a possibilidade de fala do subalterno. Para a autora, a resposta é não. O subalterno não pode falar. Primeiro, porque sua fala não atinge o nível dialógico em sua totalidade. Isto é, ao sujeito das margens (ou do centro silencioso, silenciado) resta o exercício de uma precária e subalterna subjetividade através de discursos que operam com códigos e repertórios, afinal, hegemônicos.

A repercussão alcançada por este artigo deve-se, sem dúvida, a contundência de sua afirmação sobre a impossibilidade de fala do subalterno. Acusada de culpabilidade falocêntrica e de não ter reconhecido a fala do subalterno, Spivak, de outro lado, defende-se propondo não uma proteção da subalternidade, ou que lhe seja concedida a voz. Não se trata disto. A grande contribuição da autora avança no sentido da defesa da necessidade de uma revisão de agências e posicionamentos de grupos subalternos e o desdobramento em ações políticas. Na esfera teórica, chama a atenção para a necessidade de uma reflexão que abandone arcaicas visões do novo mundo e que se distancie de uma concepção de sujeito (no caso, neocolonial) indeterminado. Nesse sentido, embora reconheça a validade dos trabalhos do *Subaltern Studies Group*, Spivak distancia-se de estratificações essencialistas e taxonômicas<sup>8</sup> e aprofunda o debate identificando segmentações dentro do próprio grande

---

<sup>8</sup> Esta nota desdobra-se em duas. Primeiro, faço breve menção às observações de Spivak sobre a estratificação proposta por Ranajit Guha, integrante do Subaltern Studies Group. Spivak tece algumas críticas ao caráter taxonômico da estratificação que não daria exatamente conta da complexidade da população indiana e da alternância de posição possível. Ou seja, Spivak chama a atenção para o fato de que determinado grupo, enquadrado a priori na categoria subalterno, pode, em outra circunstância, agir de acordo com o grupo hegemônico. O que interessa, de fato, são as relações entre grupos subalternos e hegemônicos e não o eventual pertencimento do sujeito (no sentido, por exemplo, de filiação) a um ou outro segmento. A



grupo denominado subalterno. Este conceito ultrapassa, assim, a esfera da exclusão econômica ou opressão e incorpora, por superposições, outros elementos associados, por exemplo, a relações de raça e gênero.

A crítica de Spivak tem endereço certo: o Multiculturalismo e a violência epistêmica de parte expressiva de intelectuais contemporâneos. Tanto para aqueles que falam de um ponto de vista democrático-liberal, quanto para ativistas do multiculturalismo, a cultura encontra-se fortemente relacionada à sociedade civil. A autora, porém, faz um oportuno alerta ao afirmar que, embora a agência recupere a idéia de cidadania, deve também reconhecer práticas culturais diversas e assumir um viés crítico, não conservador. A própria posição de enunciação dos intelectuais pós-coloniais tem sido alvo de pertinentes observações da autora:

*“ ‘The subject’ implied by the texts of insurgency can only serve as counterpossibility for the narrative sanctions granted to the colonial subject dominant groups. The postcolonial intellectuals learn that their privilege is their loss.” (SPIVAK, 1995:28)*

Observações desta natureza perpassam o pensamento de Spivak, revelando o estreito grau do relacionamento das esferas teóricas e política. Fazendo um breve paralelo com o trabalho de Homi Bhabha, especialmente no capítulo intitulado “Compromisso com a Teoria”, do livro *O Local da Cultura*, há de se notar algumas semelhanças, sobretudo na intenção de “chamamento” aos críticos culturais contemporâneos a um envolvimento diferenciado com seus objetos de estudo. Interpelações que se deslocam do âmbito puramente epistemológico e pedem “compromissos”, posicionamentos, evidentemente, marcados por tensões e ambivalências. A pergunta, a qual tanto Spivak quanto Bhabha tentam dar resposta, é: De onde fala a teoria? Ou, de onde fala a (subalterna) teoria?

Seguindo a pista fornecida por Spivak, chega-se facilmente a conclusão de que aos intelectuais alinhados com a corrente pós-colonial cabe não apenas uma atenta revisão de seus aportes teóricos, mas, sobretudo, uma detalhada análise de um volume bastante grande e variado de fenômenos contemporâneos, ligados, por exemplo, às expressões de representação (de raça, de gênero) e políticas de identidade. A autora chega, inclusive, a propor novas

---

segunda nota refere-se ao caráter essencialista da estratificação. Spivak parece rejeitar a idéia da existência de uma essência, passível de ser apreendida (como tenta fazê-lo a estratificação) e compreendida. Claro que tal postura resulta certamente de sua ligação com o Pós-Estruturalismo e com os conceitos de descentramento e desconstrução de Derrida.

1 Trabalho apresentado no Núcleo de **Comunicação e Cultura das Minorias**, XXVI Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Belo Horizonte/MG, 02 a 06 de setembro de 2003.

formas de agência, revelando uma forte confiança e crença na possibilidade de o subalterno *sair da penumbra* e negociar espaços e discursos na relação com grupos hegemônicos. Na parte seguinte do artigo, será dada especial atenção a estes apontamentos de Spivak.

#### 4. Novas agências

Falar em agência é falar em estratégia. Em um contexto transnacional, marcado por fenômenos como a migração eurocêntrica, a exportação de trabalho, o rompimento de barreiras (simbólica, econômica, etc.), a busca por asilo político e a nova diáspora, algumas estratégias de contra-ataque (ou de defesa?), por parte dos grupos subalternos, parecem tornar-se absolutamente necessárias, quando não urgentes. Spivak não apenas defende a garantia da existência e permanência de espaços, nichos, entrelugares, onde o subalterno possa se fazer presente – e ouvido – mas, principalmente, traz à tona uma discussão, na verdade, anterior. Isto é, na medida em que ela compreende que a grande narrativa do desenvolvimento não está morta (apenas travestida em outras linguagens, agentes...), a autora clama pela importância de uma reflexão sobre o espaço de existência do subalterno, enquanto tal. É nessa direção que seguem, por exemplo, seus longos comentários sobre a participação das ONGs em fóruns promovidos pelas Nações Unidas.

*“The NGOs that surface at the “NGO Forum’s of the United Nations conferences have been so thoroughly vetted by the donor countries, and the content of their presentations so organized by categories furnished by the United Nations, that neither subject nor object bears much resemblance to the “real thing”, if you pardon the expression.” (SPIVAK, 1999: 372)*

A autora contesta a real representatividade das ONGs que participam destes fóruns e afirma, ainda, que a ideologia geral do desenvolvimento global é nada mais do que um racismo paternalista. Portanto, silenciar a resistência é, para Spivak, uma forma de apropriação do subalterno. Uma violação consentida. De outro lado, o risco de um racismo reverso por parte do subalterno parece iminente. Spivak, no entanto, expõe a complexidade da inscrição do subalterno (no Ocidente hegemônico) que frequentemente precisa operar com as questões de classe, raça e gênero simultaneamente.

Enfim, que saída, em termos de agência, tem o subalterno? Um conceito bastante elucidativo neste sentido é o de singularidade ou responsabilidade ética. Spivak compreende que o diálogo entre os pólos (eu – outro, centro – periferia) implica em responsabilidade de ambos os lados. Trata-se, assim, de uma relação ética de criação de um espaço discursivo para o Outro existir. A autora enfaticamente coloca que a agência, dentro deste espaço, significa a constante negociação de representações e recriações e o conseqüente questionamento dos termos desta negociação. Em outras palavras, Spivak rejeita qualquer movimento que perpetue não exatamente a violação, mas, o consentimento da violação por parte do subalterno. A este cabe elaborar tanto estratégias concretas de ação no mundo transnacional (traduzidos ou não em políticas), quanto participar na definição dos limites éticos, geográficos, culturais e sociais de sua relação com o hegemônico. A afirmação de demandas próprias e legítimas, a reação em permanecer como álibi para muitas das ações da grande narrativa do desenvolvimento, o desejo de não mais ser “salvo” pelo hegemônico constituem possibilidades de agência do subalterno, que poderá até mesmo fazer algumas alianças com o multiculturalismo, mas que, de outro lado, deverá perceber a necessidade de uma inserção diferenciada no contemporâneo.

*“We are caught in a larger struggle where one side devises newer ways to exploit transnationality through a distorting culturalism and the other knows rather little what script drives, writes and operates it. It is within this ignorant clash that we have to find and locate our agency, and attempt, again and again, to unhinge the clashing machinery.” (SPIVAK, 1999: 397)*

A agência de resistência proposta por Spivak rebela-se, desta maneira, contra uma série de cumplicidades historicamente acertadas pelo capitalismo transnacional. Cumplicidade com o patriarcalismo (através, por exemplo, da atribuição da culpa pela exaustão de recursos mundiais às mulheres pobres do hemisfério sul), com a idéia de culturas não-ocidentais como alegóricos repositórios, cumplicidade com o racismo.

O que parece estar em jogo, para a autora, não é a necessidade de rápido reconhecimento do Outro subalterno pelo agente hegemônico, mas a revisão de relações que



se inscrevem na geografia de um mundo onde pouco sentido fazem as velhas noções de espaço (próximo/remoto, colônia/metrópole) e de sujeito (eu/outro, nativo/forasteiro).

## **Conclusão**

De todas as observações colocadas neste artigo sobre o pensamento de Spivak, algumas merecem especial atenção. Começo, então, por uma tentativa de refletir sobre o alcance do aporte teórico da autora. A questão que se coloca é a seguinte: em que medida as atentas reflexões de Spivak podem servir para uma compreensão da realidade brasileira? Ora, Spivak se insere na corrente pós-colonial, que não parece ser propriamente um território muito bem demarcado na academia brasileira. Enquanto em universidades, sobretudo européias, a institucionalização desta corrente chega a um nível bem elevado, do lado de baixo do Equador, freqüentemente o que se percebe são tímidos flertes por parte de alguns teóricos alinhados com os Estudos Culturais de um modo geral. Na verdade, este fato não me parece ser exatamente o cerne do problema. De forma, como sempre, muito particular, a academia brasileira já vem pensando sobre uma série de questões recorrentes na obra de Spivak. A condição de país periférico, em desenvolvimento, e - por que não dizer? - pós-colonial são temas usuais em qualquer aula ou manual de sociologia que se preze. De outro lado, não se pode facilmente negar que a autora indiana trabalha com referências de um país ainda bastante jovem em sua situação de independência. E que tais referências interferem de forma decisiva em suas complexas elaborações teóricas. As especificidades do contexto indiano, entretanto, não se colocam como entrave algum ao reconhecimento da potencial contribuição de Spivak para a reflexão sobre nossa realidade. No máximo, configuram-se como notas sobre um país longínquo, com as quais, muito provavelmente, nos identificamos em algum aspecto (arrisco identificações diretas no âmbito das relações de trabalho).

Contextos à parte, a contribuição de Spivak apóia-se, sobretudo, em dois aspectos. Primeiro, em todo o conjunto de influências teóricas que perpassam seu trabalho. Desde a evidente relação com o Pós-Estruturalismo, passando pelos Estudos Culturais, até o acesso a um repertório de conceitos revisados pelos teóricos pós-marxistas, com destaque para o trabalho de Gramsci sobre hegemonia. Esse arcabouço reverbera, por exemplo, em uma tendência identificada em outros teóricos pós-coloniais. A de incluir em seus aportes



propostas claras de agência, e isto Spivak inegavelmente faz. Um segundo aspecto pode ser apontado a partir das indagações da autora. Em seus trabalhos Spivak preocupa-se principalmente com a análise das relações entre grupos subalternos (minorias de raça, gênero, classe) e hegemônicos. A originalidade não está aí. É sim na declarada iniciativa de cruzar variáveis que até pouco tempo eram observadas de forma isolada. Ao considerar, por exemplo, a relação da população de imigrantes indianos na Inglaterra, Spivak insere elementos que vão além da situação marginalizada de classe. A partir de sua perspectiva, o problema dos sucessivos choques entre os sujeitos dessa complexa relação não se resolve através da reorganização do fluxo migratório (através da criação de guetos ou bairros destinados a esta ou aquela população) ou de qualquer outra “medida de contenção”. O que ela sugere, por outro lado, parece ser uma revisão dos termos desse diálogo, que incorpore, primeiro, a necessidade de uma responsabilidade ética de ambas as partes e, segundo, o próprio fato de que as gerações nascidas recentemente na Inglaterra e com ascendência indiana elaboram de outra maneira suas identidades. E podem sentir-se, de alguma forma, inglesas.

Nesse sentido, a fala do subalterno depende não de uma concessão, ou da permissão para narrar. Antes, coloca-se como estratégia de resistência, sujeita, portanto, a negociações e embates.

O Brasil, esta velha ex-colônia, padece de males bastante similares e esforça-se para “achar” sua voz. Talvez em nosso contexto a situação assumira um grau até maior de complexidade, sobretudo diante de tão cristalizadas posições (de classe, de raça, de gênero). Aqui, o antagonista não é facilmente localizado, natureza e cultura escoram-se mutuamente. Até que alguém venha nos dizer (porque sempre vem...) quem é subalterno, quem é negro, quem é minoria.

De maneira que termino este artigo defendendo, mais uma vez, e espero que apropriadamente, a importância do enfoque de Gayatri Spivak para a compreensão da realidade brasileira. Se o brasileiro subalterno pode ou não falar, não cabe a Spivak responder. Mas a nós indagar.